

**PERDER A TERRA – PERDER TUDO. O SENTIMENTO DE PERDA
CONSTANTE NA OBRA *QUEM FAZ GEMER A TERRA*, DE CHARLES KIEFER**

Gerson Roberto Neumann¹

Resumo: O Brasil da primeira metade do século XIX necessitava de braços que trabalhassem a vasta terra. Na Alemanha, no mesmo período, muitos necessitados buscavam uma nova possibilidade de trabalhar um pedaço de chão que lhes pertencesse. Muitas famílias alemãs chegaram ao Brasil e trabalharam a terra em pequenas propriedades, mas o processo de modernização no campo e as monoculturas, principalmente da soja, fizeram com que muitos novamente perdessem as suas terras e iniciassem novo processo migratório. A violência da perda e a violência que uma perda pode gerar são tema na obra *Quem faz gemer a terra*, do escritor Charles Kiefer.

Palavras-chave: perda; violência; MST; Charles Kiefer.

Abstract: The Brazil of the first half of the 19th century needed arms to work on the vast land. In Germany, at the same time, many needy people were in pursuit of new opportunities to work, hoping for a piece of land to belong them. Many German families came to Brazil and worked in small pieces of land – of their own. However, the field modernization process and the monocultures, mainly of soybeans, led a lot of those people to lose again their land and to begin a new migration process. The violent loss and the violence that loss can cause are the subject in the book *Quem faz gemer a terra* (transl. *Who makes earth groan*), from the Brazilian writer Charles Kiefer.

Keywords: loss; violence; MST; Charles Kiefer.

1. Introdução

A terra, o pedaço de chão, tem um sentido especial na obra de Charles Kiefer, principalmente na obra *Quem faz gemer a terra*, publicada em 1991 pela Editora Mercado Aberto, de Porto Alegre.

O livro tem como pano de fundo a batalha campal que ocorreu na Praça da Matriz da capital gaúcha, evento então amplamente noticiado por ter culminado com a morte de um soldado por um colono vindo do interior do estado, o qual perdera sua terra e que protestava na Praça como integrante do Movimento Sem-Terra (MST). Conforme Lerrer (Lerrer, 2003, p.93), “no dia 8 de agosto de 1990, às 6 horas da manhã, oito ônibus estacionaram na capital

¹ Professor Adjunto de Literatura e Língua Alemãs na UFRGS.

do Rio Grande do Sul, desembarcando 400 colonos sem terra, que trataram de usar os canteiros da Praça da Matriz para montar mais um de seus acampamentos de protesto.”

Charles Kiefer retrata muito bem a problemática social do agricultor de pequenas áreas de terras, elemento emblemático nas regiões de vales do estado do Rio Grande do Sul, mas também em regiões do noroeste do estado, onde a introdução da monocultura da soja foi bastante agressiva. A dinâmica do trabalho em pequenas propriedades de terra caracteriza o estado e também alavancou a sua economia até ocorrer o aceleração produtivo no meio rural, tendo como consequência a produção em larga e ampla escala, o que beneficiou basicamente os que puderam acompanhar o movimento, os detentores de melhores condições financeiras, logicamente não incluindo aí os donos de pequenas propriedades. Esse evento, que de certa forma ainda está ocorrendo e levando pequenos agricultores ao encerramento de suas atividades, é muito bem caracterizado na obra aqui em questão. O autor dá voz a Mateus, que narra ao leitor a sua história e como sua família foi obrigada a deixar sua terra para se juntar ao MST. A migração do campo para os centros urbanos, que ocorreu ao longo das décadas de 1960 a 1990, é frequentemente tema central na obra de Kiefer. Ocorre que temos na família de Mateus – e isso vale também para muitas outras famílias atingidas pelas mesmas dificuldades – descendentes de imigrantes que chegaram ao Brasil justamente para tentarem uma nova vida, buscando a posse de um pedaço de chão, onde pudessem cultivar uma terra que fosse sua. Muitas dessas famílias que deixaram seu país, onde sofreram com a perda daquilo que pode ser visto como a única garantia de sustentação – o pedaço de chão –, voltam a se confrontar com a perda da terra no país que inicialmente lhes ofereceu o que procuravam.

Na tentativa de realizar uma leitura, observando-se aspectos históricos da família de Mateus, que tem no *fata* (avô na variante dialetal *hunsrückisch*. A palavra provém do alemão *Vater* = pai) o vínculo com a imigração alemã, pretende-se observar na obra a violência que é a perda da terra para essas pessoas que buscaram justamente isso, que representa, para eles, o único elemento de dignidade: ser dono do seu próprio pedaço de chão. Com base em elementos históricos do contexto emigratório alemão para o Brasil e o

imigratório brasileiro do século XIX, propõe-se realizar uma leitura da obra *Quem faz gemer a terra*, observando que perder a terra pode significar a perda de tudo.

A obra aqui em questão já foi foco de projeto de pesquisa desenvolvido na UFPel, no período em que atuei naquela universidade como professor da Área de Alemão e Respectivas Literaturas (2009 a 2011). Naquele período, a estudante Lisiane Alves Savedra trabalhou a obra aqui em questão e também *Valsa para Bruno Stein*, com bolsa de Iniciação Científica.²

2. O século das grandes migrações

2.1 A realidade alemã e a emigração

Não se pretende, nesta parte do trabalho, retroceder na história para caracterizar as diferentes tribos que formaram a atual Alemanha. Seria um recuo demasiado grande frente ao que ora se pretende, por isso o estudo da realidade alemã parte da segunda metade do século XVIII, quando começa o período efervescente de agitações político-sociais na Europa, reflexo ainda da decadência do Feudalismo,³ que culmina com a Revolução Francesa, de consequências inevitáveis para o mundo. A Alemanha, vizinha da França e também inimiga em muitas disputas, principalmente territoriais, absorve e é afetada diretamente pelos ideais deste país.

A Revolução Francesa (1789), com seus ideais de Liberdade, Igualdade e Fraternidade, gerou mudanças políticas, econômicas e sociais na Alemanha, mas que, em comparação à própria França e à Inglaterra, dois países representantes do processo acelerado da modernização decorrente da Revolução Industrial, foram muito mais lentas e de difícil aceitação, devido aos fortes vínculos que aquela ainda mantinha com o seu passado feudal.

² Em relação ao Projeto de Pesquisa, ver http://www.ufpel.edu.br/prppg/projetos/ver.php?proj_id=3725&PHPSESSID=a0a1e1c07ff797ca549d739b30106cc6. Em relação aos trabalhos desenvolvidos pela estudante Lisiane Alves Savedra, ver http://www.ufpel.edu.br/cic/2010/cd/pdf/LA/LA_00588.pdf e http://ufpel.edu.br/cic/2011/anais/pdf/LA/LA_01345.pdf

³ Fala-se aqui de um sistema feudal ainda presente porque as características dessa estrutura manter-se-ão presentes nas comunidades ou principados alemães, que são a representação em si do Feudalismo, até meados da primeira metade do século XX. Enquanto a Inglaterra e a França já deixaram o sistema feudal, a Alemanha ainda discute a questão.

A primeira experiência de formação de um estado alemão após a Revolução Francesa ocorre em 1793, quando um grupo de hugenotes⁴, com a proteção do exército francês, declara a formação de uma República Alemã em Mainz, cidade localizada às margens do Reno. Mas sua existência é breve, devido à radicalidade do grupo e aos altos custos de ocupação do exército francês em solo alemão.

Com a dominação das tropas napoleônicas, a ordem alemã é alterada: os territórios religiosos são secularizados, cidades e domínios imperiais de poder indireto perdem sua independência e poucos príncipes, os que se declaram partidários de Napoleão, mantêm soberania sobre suas terras; além disso, os novos estados alemães do sul e oeste deixam a Liga do Império Prussiano e filiam-se, sob a proteção de Napoleão, à União do Reno (*Rheinbund*), em 1806. Esses estados, dominados pelo império napoleônico e a ele anexados, começaram a utilizar-se dos ideais da Revolução Francesa, promovendo reformas político-administrativas. Em consequência, também em solo alemão são refletidos os princípios básicos da Revolução, como se afirma no livro *Fragen an die Deutsche Geschichte* (Questões à História Alemã), publicado pelo Parlamento Alemão: “Liberdade e segurança do indivíduo, igualdade frente à lei, (...) separação entre Igreja e Estado, [...] separação entre Justiça e Administração” (Deutscher Bundestag, 1991, p. 40).⁵

À margem esquerda do Reno, ou seja, na região geograficamente mais próxima do ideário liberal francês, o feudalismo já havia sido eliminado; mas, do lado oposto, os privilégios dos nobres continuavam sendo prioridade, e estes, além de tudo, continuavam formando seus líderes para manterem o domínio do poder. Durante muito tempo, o rio Reno foi tomado como limite geográfico: desde as grandes migrações tribais na Europa até o século XIX, quando ocorreram as formações dos estados nacionais.

A Prússia, após uma derrota para o exército napoleônico, é forçada a promover reformas. Prega-se, então, a união do estado prussiano, o uso de forças adormecidas e conhecimentos dispersos, e a reanimação do espírito de

⁴ Os hugenotes são protestantes calvinistas de origem francesa que se estabeleceram na Alemanha devido às perseguições religiosas sofridas durante os conflitos entre católicos e protestantes naquele país.

⁵ Todas as citações, cujos textos ainda não estão traduzidos para o Português, serão de minha tradução.

independência e de honra nacional. Desta forma, também o norte e o leste alemão saem do regime feudal. Nesse momento, volta-se novamente à ideia de liberdade nacional. Dietrich Schäfer, citado por Norbert Elias, afirma no seu discurso de posse na Universidade de Jena, que os excessos da Revolução Francesa e de Napoleão desenvolveram sentimentos nacionais nas pessoas: “A nacionalidade tomou o lugar da humanidade” (Schäfer, Apud Elias, 1997, p.127).⁶ A tentativa de desenvolver uma cultura humana foi substituída por uma cultura nacional.

Mas a livre concorrência promovida com as reformas, antes vista de forma positiva e animadora, leva ao empobrecimento os pequenos comerciantes dos centros urbanos, como também os pequenos colonos do campo. O que antes fora propagandeado, o trabalho com seus próprios meios, sem dependência de algum senhor de terras, não dera certo e muitos pequenos proprietários voltam a perder tudo justamente para os detentores das grandes propriedades, dos quais antes dependiam. De nada adiantara serem livres, pois tudo voltara a ser como antes; o poder continuava nas mãos de poucos poderosos, gerando, com isso, novamente pouca liberdade para a grande maioria. Desta forma, o poder absoluto volta às mãos de senhores, como antes da formação do estado alemão, em que o país era dividido em principados, com uma estrutura basicamente feudal.

Para reanimar os pequenos proprietários rurais e os livres artesãos falidos, o ministro prussiano responsável pelas reformas, Freiherr von Stein,⁷ pretende realizar uma nova reforma administrativa, mas encontra resistência na reacionária oposição dos nobres, ainda detentora de muita força.

A revolta frente à dominação francesa e a pobreza consequente das guerras geram agitações pela Alemanha. A morte de líderes independentistas, como Andreas Hofer, Major von Schill e outros, faz crescer na população o desejo de liberdade e de expulsão do exército inimigo.

As reformas no Estado prussiano foram prolongadas, também, para a área educacional; enfatizou-se o ensino igual para todos, criando-se a

⁶ Ver também Ernest Renan, *Qu'est-ce qu'une nation?*, célebre texto apresentado na Universidade de Sorbonne em 1882 sobre as disputas pela região da Alsácia-Lorena entre a Alemanha e a França.

⁷ Trata-se de Heinrich Friedrich Karl Reichsfreiherr vom und zum Stein, nascido em 1757, em Nassau e morto 1831, em Cappenberg, Westfalen.

formação secundária técnica para quem quisesse especializar-se em alguma área e a preparatória para o ingresso na universidade.⁸

Em 1813, o rei da Prússia vê-se forçado a uma união com o czar da Rússia para enfrentar Napoleão, que vem avançando para conquistar o Leste Europeu, mas, com a união das forças prussianas, austríacas e russas, o império napoleônico tem seu fim.

Depois da derrota de Napoleão (1815) e da reestruturação do mapa alemão, a Alemanha entra no processo de formação de uma unidade nacional, que deveria ser liderada pelas classes proletárias, segundo os idealizadores revolucionários. Esse processo, porém, é bastante longo, devido à desestruturação da burguesia e também por causa da forte influência que a nobreza ainda detinha no meio político. Karl Marx afirma, na série *Die Bourgeoisie und die Kontrerevolution* (A Burguesia e a Contra-Revolução), publicada no jornal *Die Neue Rheinische Zeitung*, de Colônia, no número 169, de 15 de dezembro de 1848, que a Revolução Francesa foi “o triunfo de uma nova ordem social (a burguesia), o triunfo da propriedade burguesa sobre a propriedade feudal, da *nacionalidade* sobre o provincialismo” (Marx, 1993, p. 43).⁹

E no livro publicado pelo Parlamento Alemão, citado acima, lê-se: “As particularidades alemãs devem ser superadas e, sob convocação de uma cultura, língua e história una, trabalhar uma única e livre Alemanha” (Deutscher Bundestag, 1991, p.45). Essa ideia também ecoa nas palavras de Johann Gottlieb Fichte em seus *Discursos à Nação Alemã* (*Reden an die Deutsche Nation*) e de Ernst Moritz Arndt em o *Espírito do Tempo*, que simbolizam o movimento nacional “romântico” alemão desencadeado por toda a Europa. Fichte conclama uma união alemã baseada no ensino, reunindo as partes para

⁸ Como muitos emigrantes deixam a Alemanha neste período, ocorre uma aplicação do modelo que valoriza o ensino em solo brasileiro. Em primeiro lugar, demarcadas as áreas para a formação de uma comunidade, construía-se uma escola, cujo prédio servia para todos os encontros que se realizassem na nova comunidade. O ensino passou a ser prioridade para os alemães, e isso se pregou também nas comunidades teuto-brasileiras, mesmo não existindo perspectivas para a aplicação imediata do aprendizado. Conforme Arthur B. Rambo, as crianças aprendem nas escolas comunitárias (*Gemeindeschulen*) não somente a instrução elementar, mas o que vale, em primeiro lugar, “não é a alfabetização imediatista e programática das crianças, mas a moldagem sólida e integrada, estruturada sobre as bases e princípios ético-morais e religiosos” (Rambo, 1985, p.15-16).

⁹ Trata-se de artigos publicados pelo autor no referido jornal, traduzidos por J. Chasin, M. Dolores Prades e Márcia V. M. de Aguiar e publicados pela Editora Ensaio. (Grifo nosso).

formar um todo forte e um consistente espírito nacional. É um discurso romântico de exaltação dos valores nacionais, que visa um fechamento às influências externas.¹⁰

Karl Marx, que foi contemporâneo e também é originário da região de onde emigraram os alemães para o Brasil, analisa a realidade da época, em um texto publicado em Londres, em 1852. Octavio Ianni organizou uma publicação intitulada *Karl Marx: Sociologia*, onde se lê as seguintes palavras de Marx, quando assinala os dois motivos principais para o atraso da indústria alemã (Marx, apud Ianni, 1996, p. 104):

a localização geográfica desfavorável do país, a uma grande distância do Atlântico, que havia se tornado grande estrada do comércio mundial, e as constantes guerras em que a Alemanha se envolvia, e que eram travadas em seu próprio solo, desde o século XVI até os nossos dias.

A tradição de trabalhos manufaturados perdia, na Europa da época, terreno para as máquinas a vapor, símbolos da Revolução Industrial, e a aceitação dos produtos fabricados na Inglaterra era cada vez maior.

Karl Marx e Friedrich Engels foram dois grandes interlocutores do pensamento revolucionário entre a Alemanha e a França na primeira metade do século XIX, época de grande instabilidade política, econômica e social, que coincide, por consequência, com a emigração de muitos alemães.

Na França, a classe média concentrada nas grandes cidades teve força suficiente para derrubar a nobreza feudal, fato que não ocorreu no país de Marx e Engels, onde, conforme Elias, “a fraqueza da Alemanha em comparação com os Estados vizinhos mais eficazmente centralizados” (Elias, 1997, p. 20) estava justamente na falta de um grande centro unificador, conforme afirma Norbert Elias, no seu livro intitulado *Os Alemães*. Elias continua, dizendo que na Alemanha, ainda feudal, esse processo deu-se de forma descentralizada e inversa em comparação ao da França e ao da Inglaterra, onde Paris e Londres tornaram-se referências de centralidade. As forças, que deveriam ser centralizadas num imperador, foram distribuídas entre os príncipes regionais.

¹⁰ Fichte, 1911.

Mas de forma paulatina a importância política da classe média cresce na Alemanha e os governos são obrigados a ceder em aspectos de interesse e participação imediatos.¹¹ Enquanto na Inglaterra a aceitação política dessa classe começou em torno de 1688 e na França em 1789, na Alemanha ocorreu somente em 1815. Essa classe, uma vez mais rica e com um comércio mais amplo, percebe que o empecilho para um maior desenvolvimento estava justamente na constituição do “país”¹², dividido em trinta e seis principados. Os ideais revolucionários de 1848 têm suas raízes nessa classe média que reivindica a formação de uma nação alemã centralizada, de cunho liberal. Mas a essa classe média, ou burguesia, que havia surgido em oposição à classe nobre feudal, ainda faltava força e coragem para dominar o Estado, sendo, deste modo, o ideário revolucionário abafado por mais algumas décadas, devido à incapacidade de se estruturar uma organização independente. Marx (Marx, 1983, p. 44-45) critica duramente o espírito revolucionário alemão desestruturado de 1848, chamando a revolução de “provincial-prussiana” e diz, no mesmo jornal acima citado, que

a burguesia alemã tinha se desenvolvido com tanta indolência, covardia e lentidão que, no momento em que se ergueu ameaçadora em face do feudalismo e do absolutismo, percebeu diante dela o proletariado ameaçador [e] (...) sem fé em si mesma, sem fé no povo, rosnando para os de cima, tremendo diante dos de baixo, egoísta em relação aos dois lados e consciente de seu egoísmo, revolucionária contra os conservadores, conservadora contra os revolucionários [, permaneceu fraca, sem reação]...

Finalmente, em 1871, após a Guerra Franco-Prussiana, da qual saiu vencedora a Prússia¹³, declara-se a união dos estados independentes (os principados), o que é atualmente a Alemanha, mas por longo tempo houve conflitos e disputas internas dos nobres líderes que continuavam massacrando as aspirações populares. Bem antes disso, e possivelmente com uma idéia muito mais próxima de unidade nacional, fora criado o *Zollverein*, uma União Aduaneira Alemã. Essa união, conforme Marx (Marx, 1983, p. 104),

¹¹ Ver Marx. 1983, p. 104.

¹² Carlos H. Hunsche denomina o país de *Flickendecke*, colcha de retalhos.

¹³ Ver *Fragen an die deutsche Geschichte* (Perguntas à história alemã), 1991, p. 192.

foi criada em 1827 e estendeu-se bastante depois da guerra de 1866. Desde a unificação da Alemanha, como um “Império”, em 1871, os estados pertencentes ao Zollverein foram incluídos no Império Alemão. O objetivo do Zollverein era unificar as taxas aduaneiras em toda a Alemanha.

Com a proclamação da nação alemã não se promove, porém, a melhoria das condições da população de forma imediata. Iniciam-se conflitos político-religiosos internos e continuam os externos, com a disputa pela Alsácia-Lorena entre a Alemanha e a França.

Depois das longas reestruturações políticas necessárias devido às invasões do exército napoleônico e à afirmação da unidade alemã, toma vulto o *Kulturkampf*¹⁴ na Alemanha (1871 -1889). Trata-se de um conflito político-religioso. Enquanto Bismarck promove reformas no estado prussiano, a partir de 1850, modernizando de forma militarizada a Alemanha ainda com muitas características do período feudal, os estados do sul e leste, onde predominam católicos, promovem um movimento reacionário contrário ao liberalismo moderno, denominado *Projeto de Restauração*. Este projeto, apoiado pelo Vaticano, desenvolveu-se principalmente junto aos pequenos colonos alemães da região do Reno, população basicamente católica, para tentar mantê-los no campo, impedindo a saída em massa para os centros urbanos, difusores do ideal liberal. Este, por sua vez, encontra seus simpatizantes entre os alemães de religião protestante, que habitam os estados do norte da Alemanha.

Lúcio Kreutz, no livro em que estuda a função do professor paroquial nas comunidades alemãs no Brasil, comenta o seguinte sobre o Projeto de Restauração (Kreutz, 1991, p. 8):

O comunitarismo do Projeto de Restauração Católica se inspirava na idealização que Jean Jaques Rousseau fizera nas pequenas comunidades rurais suíças, operosas, com integração econômica, religiosa e cultural de todos, como meta a se alcançar. A estas, o fervilhar crescente das metrópoles se opunha como algo agressivo e desnaturado. O ritmo pacato na natureza seria a condição para uma vida harmoniosa e boa. O Conservadorismo Romântico desenvolveu e privilegiou

¹⁴ Drosdowski, 1989, p. 909. *DUDEN (Deutsches Universal Wörterbuch)*. Kulturkampf foi um conflito de cunho político-religioso de separação entre o Estado prussiano (protestante) e a Igreja católica, 1871 - 1887.

este veio, realçando que o meio urbano, mais propenso ao liberalismo, propugnava pela liberdade, pelo pluralismo, pela autonomia do laico e favorecia a revolta contra a ordem e a harmonia estabelecidas.

Os movimentos de tendência liberal tiveram ainda, além do Projeto de Restauração, de cunho político-cultural, outro importante elemento cultural de importância como oposição à Ilustração (*Aufklärung*): o Romantismo Conservador.

Os românticos, em oposição à individualização do Homem, buscavam a valorização do ser, da Natureza, uma volta à estruturação familiar, fragmentada devido à necessidade de dedicação ao projeto acelerado do capitalismo. Ocorre entre eles a valorização da história pessoal dos povos, uma busca da tradição e da cultura popular. Nesse período, exalta-se o espírito nacional, destacando-se as distinções de um Estado para outro. Essa busca da identidade e definição de cada indivíduo pelos românticos leva aos nacionalismos, que têm seu auge no início do século XX. A perfeição da vida para os românticos estava no passado medieval, quando a religião transmitia ares pacificadores e exercia uma influência calmante. Para Novalis, um dos maiores expoentes do Romantismo alemão, a Idade Média representava os melhores momentos da Europa, quando esta ainda era uma terra cristã. Neste período ocorreu uma marcante aproximação entre os românticos e a Igreja, em oposição ao ideal liberal. Roberto Romano comenta, quando aborda os princípios românticos de Friedrich Schlegel no livro *Conservadorismo romântico: origem do totalitarismo* (Romano, apud Kreutz, 1991, p. 24):

entre ordem e liberdade para Schlegel a república perfeita deveria ser, não apenas uma democracia, mas ao mesmo tempo uma aristocracia e monarquia (...) o homem culto deveria ser elevado acima do não-culto e dirigi-lo (...) a Igreja saberia circunscrever cada indivíduo nos limites devidos, conjugando-os à autoridade vinda de Deus, o que resultaria na feliz junção.

Já nas comunidades alemãs no Brasil, este princípio teve grande aceitação e sucesso devido ao isolamento das áreas de terra no interior rio-grandense e também na vastidão das áreas de colonização do Brasil. Para a organização dos imigrantes, o Projeto de Restauração, que foi aplicado

intencionalmente em solo brasileiro, foi perfeito. Cabe salientar que o Projeto afetou diretamente a realidade teuto-brasileira na segunda metade do século XIX, época em que Bismarck expulsou os padres jesuítas da Alemanha. Como havia carência de religiosos nas colônias alemãs instaladas no Brasil e um grande número de imigrantes, esses religiosos optaram por este país e realizaram um importante trabalho entre seus conterrâneos. Somente desta forma os imigrantes não corriam o risco de serem derrotados pela selva. O comunitarismo fez florescer uma nova cultura no Brasil, a germânica, depois chamada de teuto-brasileira.

Esse convívio comunitário dos imigrantes alemães fez com que fossem criadas associações diversas, sendo as primeiras as escolas e as igrejas. Conforme Luiz Felipe de Alencastro e Maria Luiza Renaux, no capítulo “Caras e modos dos migrantes e imigrantes”, do livro *História da vida privada do Brasil* 2, “havia também as sociedades ginásticas, ou sociedade de fumantes, onde os homens se reuniam para fumar cigarros, charutos e cachimbos” (Alencastro; Renaux, 1997, p. 326). Depois surgiram também os clubes de caça e tiro e os clubes de mães, entre outros, que tinham por finalidade oportunizar o lazer e o convívio do elemento imigrado.

O católico, principal interlocutor do comunitarismo entre os alemães no Brasil através dos padres jesuítas, tem sua esfera geográfica representada na Alemanha meridional e Renânia, existindo núcleos fortes na Westfália, no Ruhr e na Silésia. Apoiada pelo Vaticano, a Igreja Católica fez forte frente ao Liberalismo, impulsionado pelos ideais franceses. A Restauração Católica, assim denominado o movimento de oposição, associou-se ao Romantismo Conservador que era a referência político-cultural dessa oposição. O catolicismo luta contra a modernização, urbanização e industrialização crescentes no contexto alemão e, para tal, canaliza sua filosofia na valorização do trabalho comunitário, principalmente nas atividades rurais. Esse trabalho é realizado principalmente pelos jesuítas.¹⁵

Já o elemento protestante identifica-se com os ideais liberais da Revolução Francesa, tendo como estados representativos os do norte alemão, que formam o estado prussiano. Em 1848, os ideais liberais foram abafados,

¹⁵ Ver Kreutz, 1991.

mas na segunda metade do século XIX nada consegue impedir os avanços da modernização e do liberalismo, associados ao protestantismo. Somente o isolamento pode retardar o processo.

Observando, sob o aspecto sociológico, o processo comunitário introduzido no contexto das comunidades alemãs para possibilitar-lhes a sobrevivência, é importante ressaltar que nessas, desde os tempos tribais, passando pelos principados, presentes ainda no século passado, era característico esse estilo de vida comunitária, prevalecendo o princípio da reciprocidade entre vizinhos de uma determinada comunidade. Era usual presentear os vizinhos com produtos obtidos em grande quantidade, ceder ferramentas de trabalho, auxiliá-los em trabalhos diversos, como na construção de uma casa ou na colheita. Mas essa reciprocidade também se apresenta em situações de conflito, como inimizades.¹⁶ Essa troca ainda hoje é bem marcante nas comunidades rurais de descendentes alemães no Brasil.

Desta forma, tivemos um breve panorama histórico que cerca o elemento alemão que emigrará do seu país por motivos diversos. É nessa zona de conflito constante, portanto, nos estados vizinhos da França, que habita a maioria dos imigrantes que depois ingressará no Brasil. A região da Alsácia-Lorena será motivo de disputa por muito tempo, tendo por consequência o empobrecimento e o desgaste da região. Depois de 1815, após a derrota de Napoleão, no Tratado de Viena, a região do Hunsrück fora anexada à Prússia.

Desse contexto histórico sairão os futuros formadores das primeiras comunidades de imigração europeia na região sul: oficiais do exército imperial, funcionários aposentados, operários qualificados, médicos, engenheiros, advogados, comerciantes, professores e agricultores, principalmente. Marcados por uma forte religiosidade, católica e protestante, acostumados a uma vida comunitária, eles identificavam-se principalmente ao meio rural, ao trabalho na terra, e estavam divididos em dois grupos quanto ao aspecto religioso e ideológico (romantismo conservador católico e liberalismo moderno protestante). Mais tarde prevalecerá o grupo romântico, por ter vindo da região do Hunsrück a maior parte dos imigrantes.

¹⁶ Willems, 1946, p. 3-4.

2.2 O Brasil e a imigração alemã

No século XIX, período de grande instabilidade na Europa, a Alemanha não tinha colônias para onde pudesse enviar seu excedente populacional: os centros urbanos cresciam, havia muitos miseráveis e outros tantos eram alvos de perseguições político-religiosas. Restava a opção da emigração e, logo que os agentes divulgadores do eldorado das Américas apareceram, a procura foi grande. O governo assistia a tudo com bons olhos e incentivava, por achar que era o melhor para todos. A grande maioria, porém, que optou pela emigração, o fez por motivos econômicos, havendo, em comparação, uma minoria que o fez por perseguições político-religiosas. O principal grupo perseguido por motivos políticos foi o dos revolucionários de 1848, que tentaram unir os diversos estados dispersos em principados para formar uma nação alemã. Depois da tentativa frustrada, em torno de 1300 revoltosos ingressaram no Brasil, destacando-se Karl von Koseritz na realidade teuto-brasileira gaúcha.

O Brasil proclamara sua independência em 1822, depois de ter tido a família imperial portuguesa como hóspede por 13 anos (1808 - 1821), quando o Rio de Janeiro foi transformado na sede do governo português. Para conseguir o reconhecimento de sua independência por parte da comunidade internacional, uma das exigências foi abolir o comércio de escravos negros. Desta forma o país viu-se forçado a tomar uma atitude. A intenção inicial do governo imperial brasileiro com a imigração era trazer soldados para integrarem o *Corps d'Etrangers*, em 1823, com a finalidade de assegurar-se a independência, visto que Portugal a tinha reconhecido como uma rebelião¹⁷, mas na Europa, após a derrota de Napoleão, era proibida a requisição de soldados. Por isso, Major von Schäffer, agente contratado pelo imperador brasileiro, viu-se forçado a fazê-lo clandestinamente com o envio de colonos, que deveriam ser maioria. A entrada de colonos europeus também era objetivo da corte, pois com eles pretendia-se povoar as terras da região sul, ainda sem fronteiras concretamente definidas em relação às castelhanas - a disputa pelas fronteiras com os castelhanos era um problema antigo oriundo das disputas entre Portugal e Espanha pelas terras da América do Sul - o que causou problemas também para os imigrantes em períodos de disputas mais

¹⁷ Hunsche, C. A. 1975, p. 17.

acirradas.¹⁸ Com os imigrantes alemães inicia-se, também, o projeto de branqueamento do país, visto que o comércio de escravos já estava sendo reprimido, além do fato dos negros perfazerem dois terços do total da população.

A região alemã passava por diversos problemas sociais e, como não tinha colônias, para onde pudesse enviar seu excedente populacional, aceitou a oferta brasileira. O Brasil, por sua vez, divulgou a possibilidade de colonização de suas terras à Alemanha, Suíça e Itália por esses países não possuírem colônias na América do Sul. Seria de grande risco, segundo o governo na época, convidar imigrantes, por exemplo, da França, Espanha, Holanda ou Inglaterra, levando-se em conta o histórico de invasões desses países em terras sob domínio português.¹⁹

O governo imperial brasileiro não cumpriu, porém, o que fora propagandeado aos alemães, que seria: demarcar terras, que estariam prontas para o plantio e providenciar ferramentas de trabalho, sementes e animais. As terras foram demarcadas (cada imigrante recebia um lote de 70 hectares)²⁰, mas depois de longo período; porém, o mais desanimador para os imigrantes foi constatarem que as terras eram simples lotes cobertos de mata fechada, sem nenhuma possibilidade de habitação imediata e muito menos de plantio. A propaganda enganosa, porém, não partia do governo, mas por parte dos agentes de imigração, como afirma Dreher (Dreher, 1984, p. 31):

com a finalidade de mover o maior número possível de pessoas para a emigração ao Brasil, Schaeffer e outros agentes faziam promessas que não eram aprovadas pelo governo brasileiro e que, em parte, contrastavam com a constituição brasileira.

Essas propostas enganosas geraram muitos problemas diplomáticos do governo brasileiro com a Europa. O caso mais conhecido foi o Rescrito de Heydt, de 1859, proibindo a emigração alemã ao Brasil. Isso se deu justamente no período em que as comunidades floresciam e quando eram necessárias

¹⁸ Josué Guimarães desenvolveu essa abordagem de forma romanceada na obra de dois volumes intitulada *A Ferro e Fogo I - Tempo de Solidão* e *A Ferro e Fogo II - Tempo de Guerra*, publicada pela L&PM.

¹⁹ DREHER, N. 1984, p. 29.

²⁰ WILLEMS, E. 1946, p. 71.

ainda mais pessoas para afirmarem definitivamente a identidade alemã no Brasil. O Rescrito não vigorou por muito tempo, mas na Alemanha aconselharam-se as pessoas a não se estabelecerem no estado de São Paulo, nas fazendas de café, onde se praticava o trabalho escravo de imigrantes.

A maior parte dos emigrantes alemães provém do Hunsrück, na Renânia. A região ficava na área limítrofe do conflito entre o ideal liberal, vindo da França, e o da Restauração alemã. Atualmente a Renânia está localizada nos estados alemães de Rheinland-Pfalz e Saarland. A região é montanhosa, composta de pequenas propriedades rurais e de tradição católica milenar. Ela sempre esteve entre as mais pobres, tratando-se da atividade agrícola. Mas não foram somente os aspectos de pobreza da terra propriamente que levaram muitos alemães à emigração. No trabalho de Willems, somos informados de que, por princípios religiosos, as terras dos camponeses eram de tal maneira “retalhadas” que, por exemplo, o dote de casamento de uma moça chegou a ser uma árvore frutífera ou, que o filho favorecido com a herança da terra ficava na miséria.²¹

Já no Rio Grande do Sul, em 1852, no primeiro jornal publicado em língua alemã - *Der Colonist*, citando Willems, lê-se (Willems, 1946, p. 57): “Na Alemanha continua tudo na mesma; os príncipes procuram cercar-se, cada vez mais, de baionetas; o povo resmunga, mas permanece calado.” E criticam-se duramente os impostos pagos no país que deixaram (Idem, p. 57):

Os impostos (no Rio Grande do Sul) são insignificantes e não há têrmo de comparação com os tributos pesados mediante os quais, na Europa, estão sendo mantidas as côrtes libertinas, êsses sangue-sugas do suor de um povo inteiro, e os guardas do trono, êsses exércitos de fantoches e bonecos que não servem senão para desfiles.

Os primeiros emigrantes a se estabelecerem no Brasil, com apoio do governo imperial, saíram da região noroeste da Alemanha - de Hamburg, Holstein, Mecklemburg, e de Hannover, predominantemente protestante. Somente dois anos depois, 1826, saíram os primeiros do Hunsrück, de

²¹ Willems, 1946, p. 55. Os direitos de sucessão são extremamente diferenciados na Alemanha rural. Na Floresta Negra, por exemplo, entre famílias católicas, o filho primogênito herda a propriedade paterna, mas entre famílias protestantes é o filho mais novo que é investido da propriedade (p. 76).

predominância católica. Alencastro e Renaux (Alencastro; Renaux, 1997, p. 318) dividem a origem e o espaço temporal da imigração da seguinte forma: 1830-50 - do Sudoeste alemão, emigrantes de estrutura econômica agrícola e artesãos rurais; 1850-65 - Norte e Leste, oriundos das regiões agrárias; 1865-95 - do restante da Alemanha, grupos sociais empobrecidos, artesãos e pequenos empresários, sendo que depois de 1880 a maioria dos emigrantes passa a ser de procedência urbana.

Para termos uma ideia do número de alemães imigrados, citamos novamente o trabalho de Kreutz (Kreutz apud Petrone, 1991, p. 44), que se baseou na pesquisa de M. T. Petrone, *O imigrante e a pequena propriedade*. Existe, porém, um grande número de estimativas divergentes sobre a questão. Conforme o estudo, até 1929 teriam ingressado no Brasil 223.000 imigrantes alemães. Enquanto isso, em nível de comparação, até o mesmo período, ingressaram 1.485.000 italianos, 1.321.000 portugueses, 583.000 espanhóis e 86.000 japoneses. Já Emílio Willems, no estudo *A Aculturação dos Alemães no Brasil*, cita a estatística oficial do *Departamento Nacional do Povoamento*, segundo a qual 65.000 alemães teriam entrado no Brasil até 1914. Ele cita ainda outros números, os do *Anuário Estatístico do Brasil*, de 1939/1940, segundo o qual, com uma diferença até exagerada em relação à primeira, teriam ingressado no Brasil 170.645 imigrantes somente no período de 1884 a 1939.²² Também quanto à questão numérica, é importante ressaltar que a América do Sul recebeu um contingente bem menor de emigrantes europeus comparando-se ao que ingressou na América do Norte. De 1820 a 1861 emigraram da Europa para os Estados Unidos cerca de cinco milhões de pessoas; e até 1850 haviam entrado no Brasil menos de 50.000. Na América Latina, a Argentina é o país que recebeu o maior número de europeus. O Brasil fica em segundo lugar.

Com esses dados, podemos ter uma representação de como é o emigrante alemão que sai de sua terra natal por motivos econômicos, principalmente, mas também ideológicos, para adotar uma nova pátria, onde

²² WILLEMS, E. 1946, p. 65. Ver também ROCHE, 1969; NOVAIS, 1997; HUNSCHE, 1975; FOUQUET, 1974; KREUTZ, 1991; DREHER, 1984.

espera encontrar liberdade e autonomia, trabalhando por um futuro melhor para seus netos, e ciente de que não irá voltar mais ao seu *Heimat* (terra natal).

Importante, porém, é salientar que não foram somente esses os motivos da imigração. Muitos camponeses de situação relativamente boa foram convencidos pelos agentes de emigração, optando pelas vantagens enganosas, que lhes eram prometidas no Brasil. Destes, muitos se opunham a trabalhar em fábricas, pois sabiam que perderiam as terras - pequenas propriedades geralmente - devido aos altos custos para a sua manutenção. Assim, podendo escolher entre ser trabalhador rural, trabalhar na indústria ou emigrar, optavam pelo último.²³

2. *Quem faz gemer a terra*, de Charles Kiefer, e a violência da perda da terra

3. 1 Autor e obra

Charles Kiefer é natural de Três de Maio (RS), onde nasceu em 05 de novembro de 1958.²⁴

Estreou na ficção em 1982 com *Caminhando na Chuva*, novela de temática adolescente que já vendeu mais de 100.000 exemplares. Em 1985, Kiefer ganhou projeção nacional com a novela *O Pêndulo do Relógio*, agraciada com o Prêmio Jabuti, da Câmara Brasileira do Livro. Em 1993, com o livro de contos *Um Outro Olhar* o escritor recebeu outro Prêmio Jabuti. E em 1996, com *Antologia Pessoal*, o terceiro Prêmio Jabuti.

Nos últimos anos, o autor vem acumulando uma série de outras premiações, entre elas o Prêmio Guararapes, da União Brasileira de Escritores, para *O Pêndulo do Relógio*; O Prêmio Afonso Arinos, da Academia Brasileira de Letras, em 1993, por *Um Outro Olhar*, e o Prêmio Altamente Recomendável para Adolescentes, pela Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil, em 1986, para o livro infanto-juvenil *Você Viu Meu Pai Por Aí?*, entre dezenas de outros.

²³ Idem, 1946, p. 55.

²⁴ Optou-se por apresentar aqui a biografia que se encontra no próprio *blog* do autor. Para obter mais informações sobre o autor, ver <http://charleskiefer.blogspot.com/p/biografia.html>.

O autor tem mais de 30 livros publicados no Brasil, na França e em Portugal. E as editoras Ática, Record e Leya são suas principais casas publicadoras no Brasil.

Em 2010, a Editora Leya publicou *Para Ser Escritor*, obra em que o autor elabora seus mais de 25 anos de experiência como professor de oficinas literárias.

Charles Kiefer é professor de Escrita Criativa, Produção de Textos Poéticos, Oficina de Criação Literária e Conto Brasileiro: Teoria e Prática, na PUCRS, e orientador de oficinas literárias particulares.

Em entrevista concedida à Revista Press Advertising²⁵, o autor diz que

lia de tudo. Por exemplo, aos 14 anos estava lendo um texto sobre o Tolstoi, tinha lido um livro dele e fui buscar mais informação. Alguém lá escreveu que ele disse a frase “se queres ser universal, pinta a tua aldeia”. Aí eu me dei conta de que o meu campo de atuação deveria ser a colonização alemã.

A obra *Quem faz gemer a terra* foi publicada em 1991 e tem como figura central Mateus, o narrador da história, que, entre outras características, gostava de ouvir as histórias que seu *fata* inventava. “Ele veio da Alemanha, num navio de carga” (Kiefer, 1994, p. 20).

A narrativa dá-se a partir da cela do presídio em que Mateus se encontra, depois de condenado por ter matado um soldado em um confronto entre integrantes do MST e soldados da Brigada Militar (PM no Rio Grande do Sul) na Praça da Matriz de Porto Alegre. Na prisão, Mateus relembra sua infância, a juventude sofrida apesar de feliz, até o momento, do qual se arrepende, do dia na Praça da Matriz. Ele dá o seu testemunho dos fatos que transcorreram até a sua chegada na prisão.²⁶ As personagens mais importantes são: Neusa Koning da Silva, esposa de Mateus, professora no acampamento sem-terra. Uma moça de braços finos, pernas compridas, peito seco e, para Mateus, com voz de passarinho e olhos pretos que ele gostava de olhar. Moça forte e decidida. Lindolfo Lang: avô de Mateus. Veio da Alemanha

²⁵ Ver http://www.revistapress.com.br/root/materia_detalhe.asp?mat=146. Acessado em 20 de dezembro de 2011.

²⁶ Leandro Gaspar Scalabrin analisa a obra *Quem faz gemer a terra*, a partir da perspectiva do *testimonio* em sua dissertação de mestrado intitulada *Os desgarrados do campo: texto e contexto na obra de Charles Kiefer*. Ver especialmente as páginas 85-90.

ainda criança. Homem pequeno e magro, de queixo erguido e nariz empinado, grande contador de histórias. Morreu quando Mateus ainda morava na casa onde nasceu. Moisés: pai de Mateus. Morreu de pneumonia no acampamento. Era amado pelos seus filhos. Não tinha muitas iniciativas, mas buscava proporcionar à família uma vida melhor. Débora: mãe de Mateus. Era submissa ao marido, mas que tinha sua teimosia em certos assuntos. Pedro: irmão de Mateus. Homem muito cético e decidido. Padre Douglas: homem bom e corajoso. Padre do acampamento, que ajudava os sem-terra na hora das doenças e mortes. Realizou o casamento de Mateus e Neusa. Junqueira: vivia no acampamento sem-terra. Desempenhava a função de líder. Responsável por cuidar da administração do acampamento. Ele coordenava as reuniões.²⁷

3.2 As formas de violência associadas à perda da terra

O livro narra a história de Mateus. Num primeiro momento, a família de Mateus vive em uma casa de tapera no interior do município de Pau-d'Arco, ou seja, uma casa pobre, sem maior conforto. Lá, as lembranças do personagem fazem referência à infância com os irmãos, pais e avô, às brincadeiras, às histórias. Sobreviviam plantando milho, arroz do seco, mandioca, batata-doce, feijão e cana-de-açúcar e fazendo melado, até que o pai de Mateus, querendo melhorar de vida, resolveu plantar soja. Antes ainda, o pai havia vendido dez dos dezoito hectares de terra para construir uma casa melhor (“No nosso quarto, tinha buracos no assoalho, dava pra ver o chão.” Kiefer, 1994, p. 17).

“O pai emprestou dinheiro do banco, pra pagar na safra” (Kiefer, 1994, p. 33), mas uma seca acabou com os planos da família e, depois de muitas dívidas acumuladas no banco e nenhuma perspectiva de melhora, Pedro convenceu a família a se mudar para um acampamento sem-terra na cidade de Pau-d'Arco. Lá Mateus conheceu uma forma diferente de organização: a coletividade ou o comunitarismo, modo de trabalho bastante conhecido dos alemães. Todos plantam e colhem para o benefício geral da comunidade que formaram. Os acampados dormem em barracas, tem uma pequena escola,

²⁷ Ver: <http://pt.shvoong.com/books/romance/1785657-quem-faz-gemer-terra/#ixzz1hljQBptC>. Acessado em 20 de dezembro de 2011.

uma diretoria e reuniões, onde todos avaliam o andamento do movimento e dão sugestões para melhoria.

Abandonar a terra, no entanto, foi um fato que deixou marcas em Mateus: “Eu sofri tanto quando saí de lá [da terra dele] porque tinha raiz mais funda que eles [os irmãos]? Ou eu sentia que tudo se acabava mal? A mãe não queria sair de casa, ficou lá dentro chorando. Eu e o pai tivemos de arrastar ela” (Kiefer, 1994, p. 47).

O depoimento acima é dado por Mateus desde a prisão, quando relembra da dor de abandonar a sua terra, na terra onde nascera e vivera sua infância. Toda a saída forçada do local que é querido é dolorida. Da mesma forma o avô, ou *fata*, de Mateus deve ter deixado a Alemanha. Não nos é esclarecido na história, mas ele certamente deixou a Alemanha contra sua vontade. A sua avó Mateus não conheceu,

ela tinha morrido logo depois da guerra. “Morreu de tristeza e de saudade dos parentes que perdeu na Alemanha”, dizia a minha mãe. Nos últimos anos de vida, Lindolfo sentava na porteira e confundia a grama do poteiro com o mar e os cavalos pastando com navios (Kiefer, 1994, 18).

O abandono forçado do meio que é querido à pessoa sempre estará associado à dor e estará vinculado à memória e à lembrança de bons momentos vividos naquele contexto. De certa forma a mãe de Mateus vive uma nova tristeza, como sua mãe ao deixar a Alemanha, ao ser obrigada a abandonar a casa em que viveu com sua família, deixando praticamente tudo, da mesma forma como os emigrantes da Alemanha chegaram no Brasil. Ela havia deixado “a casa com as coisas dentro, mesa, cadeiras, camas, colchões, prateleiras” (Kiefer, 1994, p. 46). Além disso, a preocupação era de como seria a continuação daquilo que cultivavam com tanto esmero, como é o caso da mãe que se preocupa com sua horta: “E a minha horta?”, ela perguntou, “será que vão cuidar dela?” (Kiefer, 1994, p. 47).

O sentimento de ser expulso é uma agressão, causando dor, como Mateus narra: “... senti um coice no peito: nunca mais eu ia fazer o caminho de volta, nunca mais” (Kiefer, 1994, p. 47). E esse mesmo sentimento pode levar a uma reação violenta, como o próprio Mateus o fez, quando voltou correndo para a casa e, como ele narra:

Peguei o litro de querosene que eu tinha escondido na cerca-viva e entrei na casa. Fui até o quarto e atirei a garrafa contra a parede. Da porta, joguei o fósforo aceso e corri outra vez. Ouvei o vupt, mas não virei a cabeça. Só depois, quando eu já estava sentado na carroça de novo, é que eu olhei para trás e vi o rolo de fumaça que subia na curva do estradão. O pai botou a mão no meu braço e não disse nada, só apertou ele e eu entendi. (Kiefer, 1994, 47)

É possível perceber a concordância do pai com a atitude do filho. No pai, o sentimento de derrota e, ao mesmo tempo, a necessidade de manter a posição de chefe da família que se retira, impede-lhe, no entanto, uma atitude mais radical de revolta frente à situação.

Perder o pedaço de terra, cedendo a casa e, muitas vezes, também bens para poder quitar dívidas é algo traumático para os pequenos proprietários de terra nas comunidades de imigração. Para alguns também pode significar o fim, como ocorre com outra personagem de Kiefer, na obra *O pêndulo do relógio*, na qual Alfredo Muller se suicida quando não vê mais saída para a quitação de sua dívida junto ao banco.

Para os colonos imigrantes e descendentes, trabalhar na terra, mesmo que em pequenas propriedades, era o suficiente, como se pode ler no comentário de Mateus sobre a vida que sua irmã Celita leva. Casada com Alberto, tem três filhos, “eles têm só oito hectares de terra, mas **sem dívida de banco**. Plantam milho, mandioca, feijão, arroz do seco, melancia, abóbora, lentilha, criam galinhas angolistas e peito-duplo” (Kiefer, 1994, 50, grifo nosso). Trata-se de uma vida simples, sem maiores pretensões, como sempre foi a vida dos imigrantes alemães que buscaram o campo para o início de sua vida no Brasil, mas o desenvolvimento da monocultura no Brasil fez com que muitas pequenas propriedades fossem violentamente “engolidas” pelas grandes áreas de monoculturas, aqui, no caso, pelo plantio da soja.

Mateus chegou ao fundo do poço; preso na prisão por ter matado o soldado na Praça da Matriz, ele relembra os momentos de sua vida. Depois de muito tempo, ele consegue colocar em ordem os seus pensamentos e relata ao leitor os bons e maus momentos vividos. Em um dos momentos bons, ele diz que “dia que eu mais gostava era dia de fazer melado. Eu levantava com o sol

ainda dormindo, botava a junta de bois na canga, enganchava ela na corrente dependurada na roda da moenda e tocava a espremer as canas no moinho“ (Kiefer, 1994, p. 31). O prazer no momento simples da vida de Mateus, na verdade um grande momento, pois moer a cana e fazer o melado ocorre somente em um período do ano. Além disso, fazer o melado e vendê-lo significava uma conquista, algo a mais na vida dessas pessoas, pois eles produziam algo de cujo resultado podiam se orgulhar. De certo modo, um orgulho que gerava uma ansiedade, pois “no outro dia, o pai carregava seis latas na *aranha* e se ia pra Pau-d`Árco. Voltava com cortes de tecido, pimenta, lamparinas, pó-de-arroz pras irmãs, pentes e espelinhos pra mim e pro Pedro, um presentinho pra mãe, um chapéu novo pra ele.” (Kiefer, 1994, p. 32. Grifos do autor)

Outra lembrança e de ligação à terra dá-se quando Mateus recorda das vezes em que seu *fata* lhe aparecera e numa dessas ocasiões o velho, já morto, lhe pediu o pente que estava com seu pai. “Teu pai tem ele. O pente é meu, eu trouxe ele da Alemanha,” ele respondeu” (Kiefer, 1994, p. 40). Pedro roubou o pente de seu pai e o enterrou junto ao taquaral. Depois disso, seu avó nunca mais lhe apareceu. No mesmo momento em que Mateus e Pedro falavam sobre lembranças, já no período em que sabiam que sairiam da sua terra, viram seus pais passarem sem que estes os vissem e ouviram as seguintes palavras do pai: “Pensei que ia ser enterrado aqui...” (Kiefer, 1994, p. 41). Perder a terra e sair do seu local significava uma derrota muito grande, pois é preciso lembrar que o agricultor é a pessoa que trabalha a terra e ela é a fonte de seu sustento. Além disso, os facões, as enxadas e as foices são seu instrumentos de trabalho, associados à violência dos colonos após o incidente na capital. Refletindo sobre isso, Mateus questiona o que é violência (Kiefer, 1994, p. 56 e 65):

Nós, sem as nossas ferramentas, podemos ser confundidos com os esfarrapados que andam pela cidade. Elas são o nosso símbolo de trabalho e de luta, como diz o padre Douglas. Agora, querem fazer da foice o símbolo da nossa violência. Me diga, não é violência o que passam os velhos doentes [ele (o pai) respirava com esforço, andava mal do pulmão. Eu, ali na frente dele, não sabia ainda que a morte estava comendo ele lá por dentro, mas fiquei muito triste], as crianças e as mulheres

nos acampamentos? Não é violência prometer assentamentos e não cumprir? Sabe o que eu ouvi, aqui na prisão, um locutor dizer no rádio? Que a reforma agrária tinha a sua primeira vítima! E os que já morreram assassinados pelos jagunços? Colono morto é bicho, pra ser contado entre as galinhas?

A perda do seu pai, Moisés, também marca a vida do narrador Mateus. O pai que pretendia uma vida melhor à família estava morrendo sem ter a sua terra. “O velho Moisés não ia ver a nova terra, não ia plantar o parreiral que ele tinha planejado, nem ia ajudar a tirar o leite gordo das vacas, não ia brincar com os netos” que Mateus ia lhe dar (Kiefer, 1994, p. 70).

A morte do pai de Mateus foi consequência das más condições em que os acampados viviam. Mais agressiva foi a morte de Rose, Louri e Vitalino, que foram atropelados por uma caçamba desgovernada que furou o protesto dos colonos sem terra. Tratava-se de um protesto no trevo de Sarandi. Naquela época, “os bancos vendiam até os travesseiros e as panelas nos leilões, os colonos ficavam só com a roupa do corpo. [...] Os grandes fazendeiros se agitaram, foram às rádios dizer que os sem-terra eram um bando de subversivos, que queriam baderna, sangue, revolução, e não sei o que mais” (Kiefer, 1994, p. 77).

E outra violência sofrida pelos colonos deu-se com um avião pulverizador que deixou o esguicho aberto atingindo a população dos sem-terra. “O acampamento virou um inferno. Todos gritavam, corriam, sem saber onde se esconder. Morreram três crianças e um menino de cinco anos [...] Outras quinze foram parar no hospital. Eu tive diarreia e vômito vários dias. Quase que a Neusa perdeu o José antes mesmo dele nascer” (Kiefer, 1994, p. 94). E Mateus mais uma vez pergunta por que havia uma lei que não valia para todos de forma igual. “Até hoje ninguém pagou pela morte das nossas crianças. Por quê? Porque colono morto se conta entre as galinhas, as moscas e as batatas?” (Kiefer, 1994, p. 95).

Como consequência do ato criminoso do avião pulverizador, “a filha do Valdemar nasceu sem cérebro [...] nasceu morta.” (Kiefer, 1994, p. 107).

Como praticamente toda forma de violência gera re-ações, depois de um longo período de espera, de perdas de vidas e de infortúnios, a assembléia

geral do acampamento decidiu por uma manifestação na Praça da Matriz, em Porto Alegre. O desfecho já conhecemos: Mateus mata um soldado com sua foice. Mateus inicia a sua história “com o fim no início [...]: começava a história com o fio da foice, o baque surdo da lâmina no pescoço do soldado, a correria dos colonos pela praça, as bombas de gás e as pedradas?” (Kiefer, 1994, p. 11).

Conclusões

O Brasil possui um histórico negativo quando o assunto é a questão da terra, pois ainda hoje somos obrigados a ler e ouvir notícias de assassinatos ligados a disputas de terras.

Na obra de Charles Kiefer esse assunto também é abordado e retrata décadas já distantes do nosso momento histórico, mas ainda assim continuamos recebendo notícias de conflitos com mortes motivados por questões de terra em contextos de pequenas propriedades rurais, mas também em grandes áreas.

Nesse sentido, a obra de Kiefer é bastante atual. Mas se observarmos que os imigrantes alemães (e também de outros grupos, como os italianos) vieram para o Brasil para terem justamente um pedaço de terra para aí poderem trabalhar, vemos que as dificuldades já vividas pelos antepassados dessas pessoas se repetem, já que voltam a perder a sua terra e a lutar por ela.

Em nenhum momento é referido o fato de que o *fata* viera da Alemanha por ter perdido a sua terra. Sabe-se, contudo, que a principal motivação que levou os alemães a emigrarem foi a grave crise econômica associada ao empobrecimento dos trabalhadores do campo que optavam pela emigração ou pela migração aos centros urbanos. A última opção foi a mais usada pelos colonos que perderam sua terra aqui no Brasil, no contexto apresentado por Kiefer. Não ocorreu uma nova emigração como a dos alemães para o Brasil. Existe, contudo, um considerável número de descendentes de alemães que saiu do Brasil em direção ao Paraguai, os chamados “brasiguaios”.

Nesse sentido, buscou-se estabelecer uma relação com a nova perda da terra por muitos descendentes de imigrantes, visto que os nomes que figuram

na obra compõem-se basicamente de sobrenomes alemães. No caso de Mateus, não temos uma referência ao seu sobrenome, mas sabe-se que o *fata* Lang veio da Alemanha. Essa ligação com a terra e a luta pela mesma, trazidas pelos antepassados, pode estabelecer um elo para a leitura de outras obras que abordam a questão da terra ou estão relacionadas à questão imigratória. Por outro lado, associada à ligação com a terra por parte dos imigrantes e seus descendentes em terras brasileiras está também a violência que geralmente está associada à perda da mesma. Geralmente o processo de entrega da “sua” terra não é pacífico. Nesse sentido, a obra de Charles Kiefer traz diversos elementos para análise. Procurou-se apresentar, neste texto, aqueles relativos à obra *Quem faz gemer a terra*.

Referências bibliográficas:

ALENCASTRO, Luís Felipe de e RENAUX, Maria Luiza. Caras e modos dos migrantes e imigrantes. In: *História da Vida Privada no Brasil* vol 2, São Paulo: Companhia das Letras, 1997

DEUTSCHER BUNDESTAG. *Fragen an die deutsche Geschichte - Ideen, Kräfte, Entscheidungen von 1800 bis zur Gegenwart*. Bonn: Deutscher Bundestag, 1991.

DREHER, Martin N. *Igreja e Germanidade*. São Leopoldo: Ed. Sinodal; Caxias do Sul: EDUCS, 1984.

DROSDOWSKI, Günther (Org). *DUDEN (Deutsches Universalwörterbuch)*. Mannheim: Dudenverlag, 1989.

ELIAS, Norbert. *Os Alemães - A luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

FICHTE, Johann Gottlieb. *Reden an die deutsche Nation*. Berlin: Deutsche Bibliothek, 1911.

FOUQUET, Carlos. *O imigrante alemão e seus descendentes no Brasil: 1808 - 1824 - 1974*. Trad. Guido F. J. Pabst. São Paulo: Instituto Hans Staden; São Leopoldo: Federação dos Centros Culturais 25 de Julho, 1974.

HUNSCHE, Carlos H. *O biênio 1824/1825 da imigração alemã no Rio Grande do Sul (Província de São Pedro)*. Porto Alegre: A Nação e IEL, 1975.

- IANNI, Octavio. *A era do globalismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- KIEFER, Charles. *Valsa para Bruno Stein*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1990.
- KIEFER, Charles. *O pêndulo do relógio*. 5ª ed., Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.
- KIEFER, Charles. *Quem faz gemer a terra*. 4ª ed., Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.
- KREUTZ, Lúcio. *O professor paroquial - magistério e imigração alemã*. Porto Alegre: UFRGS; Caxias do Sul: EDUCS; Florianópolis: UFSC, 1991.
- LERRER, Débora Franco. Os silêncios do conflito da Praça da Matriz. In: *Lumina*. Juiz de Fora - Facom/UFJF - v.6, n.1/2, jan./dez. 2003, p. 93-112.
- MARX, Karl Heinrich. *A burguesia e a contra-revolução* – prefácio de J. Chasin – trad. de J. Chasin, M. Dolores Prades, Márcia Valéria Martinez de Aguiar – 3. ed. – São Paulo: Editora Ensaio, 1993. (Cadernos Ensaio, Pequeno Formato, vol. I)
- NOVAIS, Fernando A. (Coord.) *História da vida privada do Brasil. Vol II e III*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- RAMBO, Arthur B. *A Escola Comunitária Teuto-Brasileira: Gênese e Natureza*. Estudos Leopoldenses. São Leopoldo: Unisinos, n. 86, ano 21, 1985.
- RENAN, Ernest. *Qu'est-ce qu'une nation?* Toronto: Tapir Press, 1996.
- ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul - I e II*. Trad. Emery Ruas. Porto Alegre: Globo, 1969.
- SCALABRIN, Leandro Gaspar. *Os desgarrados do campo : texto e contexto na obra de Charles Kiefer*. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade de Passo Fundo, 2011.
- WILLEMS, Emílio. *A aculturação dos alemães no Brasil*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1946.